

RESENHAS

A classe operária tem dois sexos, de Elizabeth Souza Lobo, São Paulo, Editora Brasiliense, 1991.

Por Paola Capellin Giuliani e Vera Maria Pereira*

Publicada no final de 1991, como obra póstuma, *A classe operária tem dois sexos* é uma coletânea de artigos e ensaios teóricos elaborados por Elizabeth Souza-Lobo entre 1982 e 1991, organizada em tomo de três grandes temas: estudos sobre sociologia do trabalho, reflexões sobre questões metodológicas e análises sobre as mulheres nos movimentos sociais. A coletânea proporciona uma visão retrospectiva da produção intelectual da Autora, revelando a maneira como os temas e os problemas teóricos foram se configurando, ampliando e generalizando em seu pensamento ao longo do tempo. O livro oferece ainda um roteiro útil para o entendimento da temática das relações de gênero nos vários desafios teóricos e metodológicos da sociologia contemporânea no Brasil.

Os ensaios que compõem as três partes da obra mostram a constante preocupação de Elizabeth Lobo com a renovação do paradigma clássico das classes sociais, articulando-o ao debate sobre as diferenças ou heterogeneidades que influenciam as práticas sociais, simbólicas e políticas do que se convencionou chamar de "relações de gênero". Apoiando-se mais no conceito de "formação de classes", na perspectiva de Thompson, do que na abordagem estrutural, a Autora abre um caminho analítico onde tomam sentido as múltiplas expressões e dimensões das relações sociais, históricas, culturais e simbólicas da noção de gênero, que se toma, assim, teoricamente estruturante e empiricamente enriquecedora. Tomar esse caminho exige, no entanto, enfrentar alguns dos desafios que fundamentam boa parte dos textos reunidos na coletânea.

O primeiro deles ó a necessidade de rever os parâmetros analíticos da sociologia do trabalho, que se institucionalizou pela ênfase na força homogeneizadora das práticas produtivas, o que a levou a restrin-

Professoras e pesquisadoras do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ).

Caderno CRH, n. 16, p. 121-122, jan/jun, 1992.

gir o modelo conceitual do trabalho à imagem masculina. O segundo é o de problematizar as assimetrias de gênero no interior da análise dos mecanismos de controle e de submissão, assimetrias essas que sempre estiveram ocultas por detrás das formas de dominação de classe.

Por último, os estudos de Elizabeth Lobo ressaltam as potencialidades analíticas do simbólico na "deconstrução" e na reconstrução do ideário, das representações e da linguagem dos agentes sociais. No caso das mulheres, essa preocupação se exprime numa proposta de análise mais fina da lógica de seu discurso a respeito do mundo do trabalho, do sentido da vida e da percepção de si mesmas. A riqueza da dimensão simbólica e a expressividade da linguagem que Elizabeth recupera tinham sido esquecidas, quando não relegadas, nas análises das práticas políticas de resistência, com o que os conteúdos e os resultados mais objetivos e imediatos das ações políticas assumiam predominância. Assim, a perspectiva adotada por Elizabeth Lobo amplia o estudo sobre o trabalho feminino ao contestar a primazia explicativa clássica dos determinantes econômico-estruturais sobre os significados da subjetividade e da experiência. Os fenômenos sobre os quais se apoia a análise, antes localizados na economia ou na produção, passam a ser buscados nas diferenças e nas relações da força e de poder entre atores que são capazes de ter iniciativa, de se ver a si mesmos, de lutar e de vivenciar seu "pertencimento" a um sexo.

Nos textos mais recentes, nota-se a preocupação de Elizabeth Lobo em ressaltar a participação das mulheres na construção da identidade dos movimentos sociais ou coletivos a partir da expressão das necessidades, experiências e visões de mundo das mulheres; com isso é o próprio sentido da cidadania que se renova, expandindo-se o alcance da luta pela democracia.

Duas questões parecem-nos ter enriquecido o diálogo de Elizabeth Lobo com as mulheres nos movimentos sociais, no Partido dos Trabalhadores e no movimento sindical: o que está em jogo na afirmação e na normalização das relações assimétricas entre os homens e as mulheres? Como, e em que contextos, emergem projetos "autônomos" (na formulação de Felix Guattari) de relações sociais de gênero capazes de alimentar o fardo da tutela, substituindo-o pela ênfase na igualdade e no respeito à diferença?

Essas perguntas continuam sendo um projeto e uma fonte de inspiração para os leitores que se propõem a levar avante o difícil e instigante ofício de sociólogo.